

São Joaquim Energia S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2025 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da
São Joaquim Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da São Joaquim Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da São Joaquim Energia S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular mutuamente em relação a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte oferece serviços profissionais de ponta para quase 90% das empresas listadas na Fortune Global 500® e milhares de outras organizações. Nossas pessoas entregam resultados mensuráveis e duradouros que ajudam a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir que os clientes se transformem e prosperem. Com seus 180 anos de história, a Deloitte está hoje em mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 460 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo geram um impacto que importa em www.deloitte.com.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras


Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 12 de fevereiro de 2026


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 “F” MG


Alexandre Borges de Oliveira
Contador
CRC nº MG 119313/O-3

SÃO JOAQUIM ENERGIA S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

ATIVOS	Notas explicativas	31/12/2025	31/12/2024	PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Notas explicativas	31/12/2025	31/12/2024
ATIVO CIRCULANTE				PASSIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	8	1.433	1.329	Fornecedores		196	232
Aplicações financeiras	9	108	246	Obrigações trabalhistas e previdenciárias		112	123
Contas a receber de clientes	10	5.730	12.636	Impostos, contribuições e taxas a recolher	16	279	285
Impostos a recuperar		412	386	Provisão para férias e 13º salário		141	141
Despesas antecipadas		243	274	Receita diferida	17	62	-
Outros ativos circulantes		12	203	Provisões para compromissos futuros	15	201	185
Total dos ativos circulantes		<u>7.938</u>	<u>15.074</u>	Dividendos a pagar	19 (c)	4.818	8.723
				Outros Passivos		236	7.475
				Total dos passivos circulantes		<u>6.045</u>	<u>17.164</u>
ATIVO NÃO CIRCULANTE				PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Impostos e contribuições diferidos		10	5	Provisões para compromissos futuros.	15	452	474
Depósitos judiciais	11	3.328	2.972	Provisões para riscos	18	162	246
Outros ativos não circulantes		286	288	Tributárias	16	2.971	2.705
Imobilizado	13	54.672	56.785	Total dos passivos não circulantes		<u>3.585</u>	<u>3.425</u>
Intangível	14	196	368				
Total dos ativos não circulantes		<u>58.492</u>	<u>60.418</u>				
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO	19		
				Capital social		30.226	30.226
				Reservas de lucros		6.045	6.045
				Dividendos adicionais propostos		20.529	18.632
				Total do patrimônio líquido		<u>56.800</u>	<u>54.903</u>
TOTAL DOS ATIVOS		<u>66.430</u>	<u>75.492</u>	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>66.430</u>	<u>75.492</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SÃO JOAQUIM ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Valores expressos em milhares reais - R\$, exceto o lucro por ação e quantidade de ações)

	Notas explicativas	31/12/2025	31/12/2024
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	20	51.086	49.336
CUSTOS DAS VENDAS DE ENERGIA			
Custos com depreciação e amortização	13; 14 e 21	(2.529)	(2.337)
Prêmio de risco (repactuação do risco hidrológico)	1.2	(1.922)	(1.838)
Custos com manutenção		(764)	(1.013)
Custos com pessoal		(1.497)	(1.282)
Encargos de uso dos sistemas elétricos de distribuição (EUSD)		(794)	(762)
Custos com seguros		(519)	(626)
Custos com operação		(215)	(295)
Taxas setoriais		(7)	(87)
Custos com meio ambiente		(43)	(53)
Outros custos		(42)	(35)
	21	(8.332)	(8.328)
LUCRO BRUTO		42.754	41.008
DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesas com pessoal e administradores		(841)	(802)
Despesas administrativas e gerais		(148)	(243)
Outras despesas operacionais		(60)	(50)
	21	(1.049)	(1.095)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		41.705	39.913
RESULTADO FINANCEIRO			
Despesas financeiras	22	(364)	(820)
Receitas financeiras	22	855	808
		491	(12)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		42.196	39.901
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Corrente	23	(1.788)	(1.586)
Diferido	23	8	(9)
		(1.780)	(1.595)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		40.416	38.306
Lucro básico e diluído por ação - R\$		1,73	1,64
Quantidade média ponderada de ações		23.373.228	23.373.228

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SÃO JOAQUIM ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	40.416	38.306
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>40.416</u>	<u>38.306</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SÃO JOAQUIM ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto os dividendos por ação)

	Notas explicativas	Capital social	Reserva de lucros Reserva legal	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		30.226	6.045	18.811	-	55.082
Dividendos adicionais distribuídos referentes a 2023 (R\$0,80 por ação)	19	-	-	(18.811)	-	(18.811)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	38.306	38.306
Destinações:	19					
Dividendos mínimos obrigatórios distribuídos (R\$0,41 por ação)		-	-	-	(9.577)	(9.577)
Dividendos adicionais distribuídos (R\$0,43 por ação)		-	-	-	(10.097)	(10.097)
Dividendos adicionais propostos (R\$0,80 por ação)		-	-	18.632	(18.632)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024		<u>30.226</u>	<u>6.045</u>	<u>18.632</u>	<u>-</u>	<u>54.903</u>
Dividendos adicionais distribuídos referentes a 2024 (R\$0,80 por ação)	19	-	-	(18.632)	-	(18.632)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	40.416	40.416
Destinações:						
Dividendos mínimos obrigatórios distribuídos (R\$0,43 por ação)	19	-	-	-	(10.104)	(10.104)
Dividendos adicionais distribuídos (R\$0,42 por ação)		-	-	-	(9.783)	(9.783)
Dividendos adicionais propostos (R\$0,88 por ação)		-	-	20.529	(20.529)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025		<u>30.226</u>	<u>6.045</u>	<u>20.529</u>	<u>-</u>	<u>56.800</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SÃO JOAQUIM ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Notas explicativas	31/12/2025	31/12/2024
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		42.196	39.901
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:			
Resultado na baixa do ativo imobilizado e intangível		5	34
Atualização financeira sobre depósitos judiciais	22	(356)	(683)
Atualização financeira sobre aplicações financeiras		(396)	(103)
Atualização financeira sobre compromissos futuros	15 e 22	19	12
Atualização sobre provisões de riscos	18 e 22	22	26
Atualização financeira sobre tributos recolhidos judicialmente	22	266	729
Depreciação e amortização	13; 14 e 21	2.529	2.337
Repactuação do risco hidrológico	1.2	1.922	1.838
Constituição do ajuste MRE	17	62	(138)
Apropriação do ajuste MRE	1.1	193	(180)
Impostos e contribuições sobre ajuste MRE		(5)	8
Provisão para riscos	18	(106)	28
Variações nos ativos e passivos:			
Contas a receber de clientes		(2.339)	(403)
Impostos a recuperar		(1.265)	(1.137)
Despesas antecipadas		31	76
Depósitos judiciais		-	135
Outros ativos		-	3
Fornecedores		(35)	(29)
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		(11)	24
Impostos e contribuições a recolher		(11)	13
Provisão de férias e 13º salário		-	24
Pagamento compromissos futuros	15	(123)	(139)
Outros passivos		84	(1)
Caixa gerado nas operações		<u>42.682</u>	<u>42.375</u>
Outros fluxos de caixa das atividades operacionais:			
Imposto de renda e contribuição social pagos no exercício		(536)	(423)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>42.146</u>	<u>41.952</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aplicações (resgates) em aplicações financeiras		534	154
Aquisição de imobilizado e intangível		(152)	(766)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		<u>382</u>	<u>(612)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Dividendos pagos	19	(42.424)	(40.012)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(42.424)	(40.012)
AUMENTO (REDUÇÃO) EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>104</u>	<u>1.328</u>
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA			
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8	1.329	1
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	8	1.433	1.329
AUMENTO (REDUÇÃO) EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>104</u>	<u>1.328</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SÃO JOAQUIM ENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A São Joaquim Energia S.A. (“Companhia” ou “São Joaquim” ou “PCH”) é uma subsidiária direta da PCHPAR - PCH Participações S.A. e indireta da Brasil PCH S.A., e foi constituída em 16 de agosto de 2004 como sociedade por ações de capital fechado, com sede na Avenida Prudente de Moraes, 1.250, 10º e 11º andares, Coração de Jesus - Belo Horizonte - MG.

A Companhia tem como objeto social o propósito específico (Sociedade de Propósito Específico - SPE) de implantar e explorar o potencial hidráulico de Pequena Central Hidrelétrica (PCH) e comercializar energia elétrica nela gerada. A São Joaquim poderá, ainda, exercer todas as ações que possam, direta ou indiretamente, no todo ou em parte, ser vinculadas ao seu propósito específico.

A Companhia possui autorização para exploração do potencial hidrelétrico, como produtora independente de energia elétrica, concedida pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) através das Resoluções nº 404/2000 e nº 237/2005, para funcionar como PCH pelo prazo de 30 anos podendo ser prorrogada por igual período nos termos do artigo 2º da Lei 12.783/2013, com redação dada pela Lei 13.360/2016, regulamentada pelo Decreto 9.158/2017, está localizada no Rio Benavente, no Município de Alfredo Chaves, no Espírito Santo, com capacidade instalada de 21 MW e uma linha de transmissão em 138 kV com 16 km de extensão.

A Companhia está inscrita e contratada no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (“PROINFA”), tendo firmado Contrato de Compra e Venda da totalidade da Energia (“CCVEs”) por ela gerada, pelo prazo de 20 anos a contar do mês de maio de 2008. Ressalta-se, que, em 7 de junho de 2023, a Eletrobras cedeu tais contratos à Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A. (“ENBPar”), em cumprimento ao previsto na Lei nº 14.182/2021 que dispõe acerca da desestatização da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (“Eletrobras”), originalmente signatária dos CCVEs.

Em 7 de julho de 2025, foi publicada no Diário Oficial da União a promulgação da Lei nº 15.097/2025, diploma que promove alterações relevantes na Lei nº 14.182/2021, em especial no que tange à prorrogação dos contratos vinculados ao PROINFA, que poderão ser prorrogados por 20 (vinte) anos, contados a partir da data de vencimento dos contratos atuais.

A Administração manifestou o interesse na prorrogação dos CCVEs PROINFA, conforme procedimentos estabelecidos na nova legislação. A assinatura dos aditivos contratuais deverá ocorrer até o dia 31 de março de 2026, conforme Decreto nº 12.834, de 26 de janeiro de 2026.

Em 17 de abril de 2008, através do Despacho ANEEL nº 1.564, e em 1º de maio de 2008, conforme Despacho ANEEL nº 1.741, a Companhia obteve autorização para iniciar a comercialização da energia gerada nas unidades 1 e 2, com potência instalada total em operação de 21 MW e garantia física definida nos bornes dos geradores¹ de 13,28 MW médios.

¹ A Garantia Física calculada para a Companhia, a partir da energia assegurada definida para o empreendimento pela ANEEL, deduzidas as (i) perdas na rede elétrica e (ii) consumo interno, totalizam o montante de 13,20 MW médios.

Em 10 de outubro de 2023, em decorrência da Resolução Homologatória nº 3.242 da ANEEL, de 15 de agosto de 2023, foi editada a Resolução Autorizativa nº 14.896 da ANEEL, que dispõe acerca da extensão do prazo de outorga dos empreendimentos hidrelétricos participantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE nos termos da Lei nº 13.203, de 8 de dezembro de 2015, alterada pela Lei nº 14.052, de 8 de setembro de 2020 (“Resolução Autorizativa”), estando incluída no rol São Joaquim, que teve seu prazo de outorga estendido em 1.274 dias, nos termos do Anexo II da Resolução Autorizativa. Trata-se de compensação aos titulares de usinas hidrelétricas participantes do MRE pelos efeitos causados pelos empreendimentos hidrelétricos com prioridade de licitação e implantação indicados pelo Conselho Nacional de Política Energética - CNPE advinda da Lei nº 13.203/2015 alterada pela Lei 14.052/2020. O término de sua autorização passa de 17 de abril de 2038 para 12 de outubro de 2041, nos termos da Resolução Autorizativa ANEEL nº 14.896/2023.

Em 31 de dezembro de 2025, os números mostram no balanço patrimonial capital circulante líquido positivo, no montante de R\$1.894 (R\$2.090 negativo em 31 de dezembro de 2024). A Administração entende que não existe risco de continuidade operacional, visto que o fluxo de suas receitas é estável e conhecido a partir da comercialização da energia no âmbito do PROINFA, sendo suficiente para liquidar as obrigações de curto prazo da Companhia.

As informações sobre capacidade instalada e em operação, garantia física e quilômetros de extensão, não foram examinadas pelos auditores independentes.

1.1. Ajustes Financeiros - Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica

A Companhia participa do Mecanismo de Realocação de Energia (“MRE”), tendo, seu risco hidrológico compartilhado com as demais usinas participantes desse mecanismo. Não obstante, considerando que os contratos de compra e venda de energia existentes foram firmados no âmbito do PROINFA, as contabilizações do MRE são realizadas mensalmente pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”) e repassadas à ENBPar, que, por sua vez, calcula os ajustes a serem somados ou subtraídos do faturamento da Companhia no ano subsequente, em 12 parcelas, conforme definições contratuais.

Desta forma, os ajustes financeiros referentes ao exercício de 2024 foram adicionados no faturamento da Companhia em 12 parcelas ao longo do exercício de 2025. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o efeito dos ajustes financeiros no faturamento foi no valor total de R\$193 (R\$180, descontados em 31 de dezembro de 2024).

1.2. Repactuação do Risco Hidrológico - (“RRH”)

A Companhia, integrante do MRE, aderiu à repactuação do risco hidrológico (“RRH”), nos termos da Lei nº 13.203/2015 e da Resolução Normativa ANEEL nº 684/2015, de modo a transferir integralmente o risco hidrológico no âmbito dos CCVEs para o consumidor final, mediante pagamento do prêmio de risco no valor de R\$9,50/MWh, na data-base de janeiro/2015, anualmente atualizado pelo IPCA. O pagamento desse prêmio será devido até o fim da vigência dos CCVEs.

No ano de 2020, a Eletrobras informou que, a partir do mês de julho, o recolhimento do prêmio de risco hidrológico seria efetivado mediante desconto no pagamento da primeira parcela do faturamento mensal da venda de energia realizada pela Companhia no próprio mês de sua realização, não sendo, portanto, incluído no cálculo dos ajustes financeiros, procedimento este sob o qual a Companhia insurgiu acionando o mecanismo de controvérsia previsto nos respectivos CCVE-PROINFA-PCH-MRE.

Ocorre que, até o presente momento, a controvérsia não foi dirimida, e, portanto, a Administração da Companhia havia concluído anteriormente pelo reconhecimento dos montantes descontados nas rubricas de “contas a receber” e “outros passivos” (R\$7.319 reconhecido até 31 de dezembro de 2024). Entretanto, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Administração reavaliou o entendimento em função de mudança do procedimento, resultando na reversão da provisão constituída e do saldo de contas a receber, no valor de R\$9.245, de forma que os registros contábeis apresentados refletem a atual posição da ENBPar sobre o assunto.

Em 31 de dezembro de 2025, o custo total do prêmio de repactuação do risco hidrológico apurado no exercício em curso é de R\$1.922 (R\$1.838 em 31 de dezembro de 2024), o qual está registrado no resultado do exercício da Companhia, na rubrica “Prêmio de Risco (Repactuação do Risco Hidrológico).

2. IMPACTOS DE NOVAS LEGISLAÇÕES E NORMAS

Normas e interpretações novas e revisadas, aplicáveis para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025

As normas brasileiras de relatório financeiro novas ou revisadas a seguir, em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025, foram adotadas nas demonstrações financeiras. A adoção dessas novas e revisadas normas, aplicáveis a Companhia, não teve qualquer impacto nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras:

<u>Norma</u>	<u>Descrição da alteração</u>
CPC 02: Os Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio intitulada Falta de Conversibilidade	<p>As alterações especificam como avaliar se uma moeda é conversível, e como determinar a taxa de câmbio quando não for. As alterações afirmam que uma moeda é conversível por outra moeda quando a entidade consegue obter a outra moeda dentro de um período que permite um atraso administrativo normal e através de um mecanismo de mercado ou cambial no qual uma transação de câmbio criaria direitos e obrigações executáveis. A entidade avalia se a moeda é conversível por outra moeda na data de mensuração e para um fim específico. Se a entidade conseguir obter apenas um valor insignificante da outra moeda na data de mensuração para o fim específico, a moeda não é conversível por outra moeda.</p> <p>A avaliação sobre se a moeda é conversível por outra moeda depende da capacidade da entidade de obter a outra moeda e não de sua intenção ou decisão de fazer isso.</p>
CPC 10: Créditos de Carbono (TCO2E), Permissões de emissão (“Allowances”) e Crédito de Descarboxinação (CBIO)	<p>Esta orientação técnica, visa direcionar o tratamento contábil de créditos de carbono (tCO2e), Permissões de emissão (“allowances”) e créditos de descarboxinação (CBIO) das entidades atuantes no mercado brasileiro, assim como reconhecimento dos efeitos de compromissos assumidos de descarboxinação.</p>

Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Companhia não adotou as novas normas ou revisões relacionadas a seguir, as quais já estão emitidas e ainda não vigentes.

Pronunciamento	Descrição
Alterações ao CPC 48 e ao CPC 40	Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros.
Melhorias Anuais às Normas Contábeis - Volume 11	Alterações ao CPC 37 (R1) Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação, CPC 48 - Instrumentos Financeiros, CPC 36 - Demonstrações Consolidadas e CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.
Alterações ao CPC 48 e ao CPC 40 (R1)	Contratos que fazem referência à eletricidade cuja geração dependente de condições naturais.
Alterações ao CPC 51	Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Financeiras.

Exceto pelo CPC 51, o qual a Diretoria da Companhia está avaliando e mensurando os impactos nas demonstrações financeiras, não são esperados impactos relevantes com a adoção destes pronunciamentos.

3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

3.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP").

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pelas normas da ANEEL.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

3.2. Bases de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Ativos e passivos são classificados conforme seu grau de liquidez e exigibilidade, estando classificados como circulantes quando esperado que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que também é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

4.1. Continuidade operacional

A Administração tem, na data de aprovação das demonstrações financeiras, expectativa razoável de que a Companhia possua recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo. Portanto, continua a adotar a base contábil de continuidade operacional na elaboração das demonstrações financeiras.

4.2. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia quando forem parte das disposições contratuais dos instrumentos.

4.2.1. Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, em uma das categorias a seguir, de acordo com sua natureza e finalidade: (i) a valor justo por meio do resultado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e (iii) custo amortizado. A Companhia considerou dois fatores para definir a classificação dos ativos financeiros: o modelo de negócio no qual o ativo financeiro é gerenciado e suas características de fluxos de caixa contratuais.

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado.

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro, bem como não retém o controle sobre o ativo financeiro.

4.2.2. Passivos financeiros

São classificados no reconhecimento inicial ao: (i) custo amortizado; ou (ii) mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Os passivos financeiros classificados como mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros são reconhecidos inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos das transações, quando aplicável, utilizando o método de juros efetivos. Na data do balanço, estão apresentados pelos seus reconhecimentos iniciais, deduzidos das amortizações das parcelas de principal, quando aplicável, e acrescidos dos correspondentes encargos incorridos. A baixa de passivos financeiros ocorre somente quando as obrigações são liquidadas, extintas e canceladas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a soma da contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

Os passivos financeiros classificados ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros mantidos para negociação e designados como tais no reconhecimento inicial. Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

4.2.3. Compensação de ativos e passivos financeiros

Ativos e passivos financeiros somente são compensados quando a Companhia possui o direito contratual e a intenção de liquidar os instrumentos financeiros em base líquida ou simultaneamente.

4.3. Imobilizado

Registrado ao custo histórico de aquisição, formação/construção (inclusive juros e demais encargos financeiros líquidos), deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (“impairment”) acumuladas, quando aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

4.4. Depreciação

A depreciação, exceto de móveis e utensílios, e computadores e periféricos e terrenos, é calculada a partir do início da operação da Companhia pelo método linear, às taxas determinadas pela Portaria DNAEE nº 815, de 15 de novembro de 1994, alteradas pelas Resoluções nº 367, de 2 de junho de 2009, nº 474, de 7 de fevereiro de 2012 e nº 731 de 23 de agosto de 2016 que, no entendimento da Administração, se aproximam das vidas úteis destes ativos.

Para os móveis e utensílios e computadores e periféricos, a taxa de depreciação linear é definida com base na avaliação da vida útil de cada ativo, estimada com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros.

Para os terrenos, a taxa de depreciação linear é definida a partir do início da operação da Companhia, de acordo com o período de autorização, considerando a renovação por mais 30 anos.

A autorização para exploração do potencial hidrelétrico, no regime de produção independente de energia elétrica vigorará pelo prazo de trinta anos (vide nota explicativa nº 1) contados do início da operação comercial da primeira unidade geradora nos termos da Lei 14.120/2021, podendo ser prorrogada por igual período, conforme Lei nº 12.783/2013 e Decreto nº 9.158/2017.

Em 10 de outubro de 2023, em decorrência da edição da Resolução Homologatória nº 3.242 da ANEEL, de 15 de agosto de 2023, foi editada a Resolução Autorizativa nº 14.896 da ANEEL, que dispõe acerca da extensão do prazo de outorga dos empreendimentos hidrelétricos participantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, nos termos da Lei nº 13.203, de 8 de dezembro de 2015, alterada pela Lei nº 14.052, de 8 de setembro de 2020 (“Resolução Autorizativa”), estando incluída nesse rol a Companhia que teve seu prazo de outorga estendido, nos termos do Anexo II da Resolução Autorizativa. Trata-se de compensação aos titulares de usinas hidrelétricas participantes do MRE pelos efeitos causados pelos empreendimentos hidrelétricos com prioridade de licitação e implantação indicados pelo Conselho Nacional de Política Energética - CNPE advinda da Lei nº 13.203/2015 alterada pela Lei 14.052/2020.

Em 13 de julho de 2021 foi publicada a Lei nº 14.182 consolidando o direito a extensão do prazo das autorizações àqueles agentes que repactuaram o risco hidrológico, nos termos da Resolução Normativa 684/2015, de modo que os prazos das outorgas das usinas da Companhia foram ampliados por meio da Resolução Autorizativa ANEEL nº 14.896/2023.

A data de término da autorização da Companhia na nota explicativa nº 1 já contempla a extensão do prazo de autorização em função dessas Resoluções Normativas e Resoluções Autorizativas.

A Companhia, mediante seus órgãos técnicos, avaliou a metodologia de cálculo das taxas de depreciação utilizadas pela Companhia, com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCPSE, e concluiu que a vida útil dos ativos da Companhia está em linha com as taxas de depreciação previstas no MCPSE e, por isso, é razoável utilizá-las.

O entendimento da Administração da Companhia é que com respaldo nas autorizações outorgadas pela ANEEL, bem como no previsto na Lei 13.360/2016, no Decreto 9158/2017, Nota Técnica 062/2018- SRG-SCG/ANEEL e na Resolução Normativa ANEEL nº 859/2019, resta claro que está facultada à empresa, a prorrogação do prazo de sua outorga por período adicional de 30 (trinta) anos, uma única vez.

Em contraponto, ao final do prazo da respectiva autorização, não havendo prorrogação, os bens e instalações vinculados à produção de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União mediante indenização dos investimentos realizados, desde que previamente autorizados, e ainda não amortizados, apurada por auditoria da ANEEL, ou poderá ser exigido que a Companhia restabeleça, por sua conta, o livre escoamento das águas.

Portanto, no caso da Companhia, não há, até o momento, qualquer indício que recomende a modificação das suas práticas contábeis utilizadas para depreciação dos ativos, tendo em vista que os ativos possuem vida útil superior aos prazos das outorgas, que, por sua vez, serão renovadas por igual período de (30 anos), mediante procedimentos e critérios já definidos na legislação, já devidamente regulamentados.

O quadro abaixo demonstra a vida útil dos itens, conforme enquadramento dos ativos das Empresas à Resolução Normativa ANEEL Nº 674/2015, que aprovou o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE.

Item	Vida útil
Edificações, obras civis e benfeitorias	30 a 50 anos
Máquinas, equipamentos e instalações	6 a 40 anos
Reservatórios barragens e adutoras	50 anos

4.5. Intangível

Estão registrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicáveis. Os ativos intangíveis que possuem vida útil econômica definida, conforme demonstrados na nota explicativa nº 14, são amortizados levando-se em consideração sua vida útil, que reflete o benefício econômico dos referidos ativos intangíveis.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do seu uso ou alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

4.6. Valor recuperável de ativos

Anualmente, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia, calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo subtraído dos custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente por taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida, subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

4.7. Provisões para compromissos futuros e outras

Uma provisão é reconhecida para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando se espera que alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

4.8. Provisões para riscos

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4.9. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

4.10. Receita operacional

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber.

A receita é reconhecida quando a energia é gerada e os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração. A titularidade legal é transferida, conforme determinações legais do contrato de suprimento de energia elétrica, ou seja, todos os riscos e benefícios inerentes são transferidos para o comprador, o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade e é provável que benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia.

Para as contraprestações variáveis, uma receita somente é reconhecida na medida em que for considerado altamente provável que uma reversão significativa no valor das receitas acumuladas não deva ocorrer.

4.11. Receita diferida e outros ativos circulantes

Os contratos de compra e venda de energia, celebrados entre a companhia e a ENBPar, estabelecem que seja consolidado em cada ano (período de janeiro a dezembro) o resultado da comercialização no âmbito da CCEE. A parcela de ajuste financeiro, conforme previsão contratual, resultante dessa apuração será considerada nas faturas mensais do ano subsequente, em 12 parcelas. Os valores envolvidos são reconhecidos como receita diferida e apropriados ao resultado com base no regime de competência.

4.12. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método de juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos. Custos são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

4.13. Imposto de renda e contribuição social

O regime fiscal adotado pela Companhia foi do lucro presumido. Com base nesse critério, o resultado para fins de imposto de renda e contribuição social da Companhia foi calculado aplicando-se sobre a receita as alíquotas definidas para sua atividade, que são de 8% e 12%, respectivamente. Sobre o resultado presumido foram aplicadas as alíquotas de imposto de renda e contribuição social vigentes na data do encerramento de cada exercício (25% para imposto de renda e 9% para contribuição social).

4.14. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para o acionista da Companhia, quando aplicável, é reconhecida como um passivo nas suas demonstrações no fim do exercício, com base no seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral.

4.15. Lucro por ação

O lucro básico por ação foi calculado com base no número médio ponderado de ações ordinárias em circulação da Companhia em cada um dos exercícios apresentados. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o lucro básico por ação, motivo pelo qual o lucro básico por ação é igual ao lucro por ação diluído.

4.16. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia e suas controladas consideram equivalentes de caixa os investimentos em aplicação financeira de conversibilidade imediata em montante conhecido e sujeito a risco insignificante de mudança de valor justo.

4.17. Aplicações Financeiras

As aplicações financeiras são compostas por fundos de investimentos com títulos lastreados, principalmente em Operações Compromissadas e LFT, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

5. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS APRESENTADAS

Na aplicação das políticas contábeis a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos que não sejam facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas efetuadas pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia que mais afetam os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

- (i) Redução ao valor recuperável dos ativos: a Administração julgou não haver evidências, internas e externas, que justificassem o registro de provisão para redução ao valor recuperável sobre o ativo imobilizado e ativo intangível.
- (ii) Vida útil e valor residual dos bens do imobilizado: a Companhia determina a vida útil e o valor residual com base no Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (“MCPSE”) conforme Resolução Normativa nº 674/2015 da ANEEL, ou para o caso de terrenos, considera o período de autorização, com a renovação por mais 30 anos, sendo que as taxas de depreciação e amortização atualmente utilizadas são consideradas apropriadas, conforme divulgado na nota explicativa nº 4.3.
- (iii) Provisões para compromissos futuros: as provisões para compromissos futuros são reconhecidas, principalmente, com base em custos estimados de desapropriação e reflorestamento de áreas próximas às instalações das usinas geradoras de energia elétrica e programas ambientais. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como decisões de tribunais, e exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos.

- (iv) Imposto de renda e contribuição social diferidos: são reconhecidos em contrapartida aos efeitos dos ajustes financeiros dos CCVEs, registrados na Companhia.
- (v) Ajustes Financeiros - Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica: são reconhecidos em contrapartida aos ajustes de comercialização de energia, cujo impacto financeiro ocorre no ano seguinte em 12 parcelas, conforme mencionado nas notas explicativas nº 1.1 acima. A provisão é revisada e ajustada anualmente para levar em conta alterações nos dados disponibilizados pela CCEE e/ou pela ENBPar.
- (vi) Avaliação dos instrumentos financeiros: a nota explicativa nº 24 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo dos instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas. A Administração acredita que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

6. RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA

O quadro a seguir traz os principais marcos relacionados às Autorizações emitidas pela ANEEL para a Companhia.

PCH	Localização	Capacidade Instalada (MW)	Energia Assegurada (MWm)	Data da Autorização	Início operação comercial	Término autorização (*)
São Joaquim	Rio Benevente, Alfredo Chaves, ES	21	13,28	19/10/2000	17/04/2008	12/10/2041

(*) O término da autorização não contempla a extensão do prazo de autorização da Companhia, conforme divulgado na nota explicativa nº 4.4. Em 13 de julho de 2021 foi publicada a Lei nº 14.182 consolidando o direito a extensão do prazo das autorizações àqueles agentes que repactuaram o risco hidrológico, nos termos da Resolução Normativa 684/2015, de modo que o prazo da outorga da Companhia foi ampliado em 30 anos por meio das Resoluções Autorizativas ANEEL n 14.896, de 10 de outubro de 2023, e nº 16.467/2025, de 16 de setembro de 2025.

7. COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA

Data-base	Compradora	Valores				Prazos		Índice de correção	Mês de reajuste
		Valor original do contrato (em milhões de reais)	Energia anual contratada (MWh) (*)	Preço histórico R\$ MWh	Preço atualizado R\$ MWh	Inicial	Final		
31/12/2024	ENBPar	R\$280.619	115.624	121,35	441.04	jul/08	jun/28	IGP-M	Junho
31/12/2025	ENBPar	R\$280.619	115.624	121,35	472,01	jul/08	jun/28	IGP-M	Junho

(*) A informação acerca da energia anual contratada não foi examinada pelos auditores independentes.

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2025	31/12/2024
Bancos	1.433	1.329
	<u>1.433</u>	<u>1.329</u>

9. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Fundos de investimentos em renda fixa	108	246
	<u>108</u>	<u>246</u>

Referem-se às aplicações financeiras de liquidez imediata em fundos abertos de renda fixa, junto ao Banco do Brasil. As aplicações financeiras são remuneradas por taxas de mercado que variam de 99,0% a 102,0% (96,0% a 104,0%, em 31 de dezembro 2024) do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, cumprindo destacar que referidas aplicações financeiras não atendem todos os requisitos para classificação como equivalentes de caixa.

10. CONTAS A RECEBER CLIENTES

Refere-se ao valor da venda da energia gerada pela Companhia no âmbito do PROINFA, no montante de R\$5.730 em 31 de dezembro de 2025 (R\$12.636 em 31 de dezembro de 2024), líquido dos respectivos impostos retidos na fonte, conforme cronograma contratual que prevê o pagamento em 03 (três) parcelas iguais e consecutivas nos dias 20 e 30 do mês subsequente a competência do faturamento, e a última, no dia 10 do segundo mês subsequente.

Em 31 de dezembro de 2024, a rubrica apresentava o valor de R\$12.636, sendo R\$7.319 referente ao Desconto Mensal do Prêmio de Repactuação do Risco Hidrológico (“PRRH”), onde a Administração da Companhia reverteu esse montante (vide nota explicativa nº 1.2).

Cumprido ressaltar que a Companhia não constitui perdas de créditos esperados, levando em consideração sua experiência histórica de realização de 100% das contas a receber passadas e das próprias características do PROINFA, valendo destacar, dentre elas, a neutralidade garantida à ENBPar, como administradora do programa.

11. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Desapropriações e servidões (a)	357	267
Tributários (b)	2.971	2.705
	<u>3.328</u>	<u>2.972</u>

a) A Companhia é autora de processos judiciais, nos quais reivindicam a propriedade de terrenos por desapropriação ou restrição do seu uso por servidão administrativa, conforme o caso. Os depósitos correspondem às indenizações que serão pagas aos proprietários dos imóveis. Estes terrenos estão sendo utilizados nas instalações das PCHs e das linhas de transmissão de interesse restrito.

b) Refere-se a processo envolvendo IRPJ e CSLL sobre indenização de bens do sinistro da Companhia, atualizadas monetariamente.

12. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Administração identificou os principais saldos e transações com partes relacionadas, e seus efeitos são assim demonstrados:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<u>Passivo circulante - Fornecedores (*)</u>		
Brasil PCH S.A.	161	181
	<u>161</u>	<u>181</u>

As práticas e condições das transações com partes relacionadas acima se deram em condições acordadas com as partes.

(*) Os montantes relativos a outros ativos circulantes referem-se ao rateio do prêmio do seguro de risco operacional.

Remuneração do Pessoal-chave

Em 31 de dezembro de 2025, registrou-se o pagamento, a título de remuneração das pessoas chave, do montante de R\$128 (R\$130 em 31 de dezembro de 2024) pela Companhia. Ressalta-se que não oferecidos outros benefícios de curto prazo, pós emprego ou benefícios de longo prazo pela Companhia.

13. IMOBILIZADO

a) Composição do imobilizado

	Taxa de depreciação	Custo histórico	Depreciação acumulada	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Terrenos	-	1.649	(184)	1.465	1.601
Turbina hidráulica	2,50%	7.844	(2.736)	5.108	5.245
Conduto forçado	3,13%	7.124	(3.848)	3.276	3.499
Gerador	3,33%	4.491	(2.177)	2.314	2.463
Comporta	3,33%	1.578	(832)	746	799
Subestação unitária	3,57%	7.167	(4.481)	2.686	2.942
Estrutura de tensão	3,57%	2.561	(1.411)	1.150	1.241
Casa de força produção hidráulica	2,00%	32.384	(10.688)	21.696	22.315
Reservatório, barragem, adutora	2,00%	14.147	(3.870)	10.277	10.442
Outras máquinas e equipamentos	3,65%	8.325	(3.206)	5.119	5.388
Sistema de monitoramento usina	3,33%	705	(19)	686	-
Imobilizado em curso	-	149	-	149	850
		<u>88.124</u>	<u>(33.452)</u>	<u>54.672</u>	<u>56.785</u>

b) Movimentação do imobilizado

	<u>31/12/2024</u>	Adições	Baixas	Transferência	<u>31/12/2025</u>
<u>Custo</u>					
Terrenos	1.633	16	-	-	1.649
Turbina hidráulica	7.786	-	-	58	7.844
Conduto forçado	7.124	-	-	-	7.124
Gerador	4.491	-	-	-	4.491
Comporta	1.578	-	-	-	1.578
Subestação unitária	7.167	-	-	-	7.167
Estrutura de tensão	2.561	-	-	-	2.561
Casa de força produção hidráulica	32.349	-	-	35	32.384
Reservatório, barragem, adutora	14.043	104	-	-	14.147
Outras máquinas e equipamentos	8.290	-	(12)	47	8.325
Sistema de monitoramento usina	-	-	-	705	705
Imobilizado em curso	850	149	(5)	(845)	149
	<u>87.872</u>	<u>269</u>	<u>(17)</u>	<u>-</u>	<u>88.124</u>

	31/12/2024	Adições	Baixas	Transferência	31/12/2025
(-) Depreciação					
Terrenos	(32)	(152)	-	-	(184)
Turbina hidráulica	(2.541)	(195)	-	-	(2.736)
Conduto forçado	(3.625)	(223)	-	-	(3.848)
Gerador	(2.028)	(149)	-	-	(2.177)
Comporta	(779)	(53)	-	-	(832)
Subestação unitária	(4.225)	(256)	-	-	(4.481)
Estrutura de tensão	(1.320)	(91)	-	-	(1.411)
Casa de força produção hidráulica	(10.034)	(654)	-	-	(10.688)
Reservatório, barragem, adutora	(3.601)	(269)	-	-	(3.870)
Outras máquinas e equipamentos	(2.902)	(316)	12	-	(3.206)
Sistema de monitoramento usina	-	(19)	-	-	(19)
	<u>(31.087)</u>	<u>(2.377)</u>	<u>12</u>	<u>-</u>	<u>(33.452)</u>
Imobilizado líquido	<u>56.785</u>	<u>(2.108)</u>	<u>(5)</u>	<u>-</u>	<u>54.672</u>
	31/12/2023	Adições	Baixas	Transferência	31/12/2024
Custo					
Terrenos	2.996	-	(1.363)	-	1.633
Turbina hidráulica	7.754	-	-	32	7.786
Conduto forçado	7.124	-	-	-	7.124
Gerador	4.491	-	-	-	4.491
Comporta	1.578	-	-	-	1.578
Subestação unitária	7.167	-	-	-	7.167
Estrutura de tensão	2.561	-	-	-	2.561
Casa de força produção hidráulica	32.349	-	-	-	32.349
Reservatório, barragem, adutora	14.013	30	-	-	14.043
Outras máquinas e equipamentos	8.251	-	-	39	8.290
Imobilizado em curso	183	772	(34)	(71)	850
	<u>88.467</u>	<u>802</u>	<u>(1.397)</u>	<u>-</u>	<u>87.872</u>
(-) Depreciação					
Terrenos	-	(32)	-	-	(32)
Turbina hidráulica	(2.346)	(195)	-	-	(2.541)
Conduto forçado	(3.403)	(222)	-	-	(3.625)
Gerador	(1.879)	(149)	-	-	(2.028)
Comporta	(726)	(53)	-	-	(779)
Subestação unitária	(3.969)	(256)	-	-	(4.225)
Estrutura de tensão	(1.229)	(91)	-	-	(1.320)
Casa de força produção hidráulica	(9.380)	(654)	-	-	(10.034)
Reservatório, barragem, adutora	(3.332)	(269)	-	-	(3.601)
Outras máquinas e equipamentos	(2.585)	(317)	-	-	(2.902)
	<u>(28.849)</u>	<u>(2.238)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(31.087)</u>
Imobilizado líquido	<u>59.618</u>	<u>(1.436)</u>	<u>(1.397)</u>	<u>-</u>	<u>56.785</u>

14. INTANGÍVEL

a) Composição do intangível

	Taxa de amortização	31/12/2025	31/12/2024
Servidões	1,92%	133	133
Software	20%	86	86
Medidas compensatórias	20%	1.264	1.268
Registro de terras	-	42	60
Amortização acumulada	-	<u>(1.329)</u>	<u>(1.179)</u>
		<u>196</u>	<u>368</u>

b) Movimentação do intangível

<u>Custo</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>31/12/2025</u>
Servidões	133	-	-	133
Software	86	-	-	86
Medidas compensatórias	1.268	-	(4)	1.264
Registro de terras	60	-	(18)	42
	<u>1.547</u>	<u>-</u>	<u>(22)</u>	<u>1.525</u>
(-) Amortização:				
Servidões	(13)	(3)	-	(28)
Software	(67)	(10)	-	(64)
Medidas compensatórias	(1.099)	(139)	-	(1.237)
	<u>(1.179)</u>	<u>(152)</u>	<u>-</u>	<u>(1.329)</u>
Intangível	<u><u>368</u></u>	<u><u>(152)</u></u>	<u><u>(22)</u></u>	<u><u>196</u></u>

<u>Custo</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>31/12/2024</u>
Servidões	133	-	-	133
Software	86	-	-	86
Medidas compensatórias	1.095	173	-	1.268
Registro de terras	123	-	(63)	60
	<u>1.437</u>	<u>173</u>	<u>(63)</u>	<u>1.547</u>
(-) Amortização:				
Servidões	-	(13)	-	(13)
Software	(54)	(13)	-	(67)
Medidas compensatórias	(1.026)	(72)	-	(1.099)
	<u>(1.080)</u>	<u>(99)</u>	<u>-</u>	<u>(1.179)</u>
Intangível	<u><u>357</u></u>	<u><u>74</u></u>	<u><u>(63)</u></u>	<u><u>368</u></u>

Valor recuperável dos ativos

Anualmente, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. A Administração julgou não haver evidências, internas e externas, que justificassem o registro de provisão para redução ao valor recuperável sobre o ativo imobilizado e ativo intangível.

15. PROVISÕES PARA COMPROMISSOS FUTUROS

	<u>31/12/2024</u>	<u>Adição</u>	<u>Reversão</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Transferências (*)</u>	<u>Atualização Financeira</u>	<u>31/12/2025</u>
Compromissos socioambientais (a)	78	104	-	-	(182)	-	-
Provisão p/ programas socioambientais (b)	157	-	(4)	(123)	182	19	231
Provisão para registro de terras (c)	60	-	(18)	-	-	-	42
Provisão para indenizações de terras (d)	364	16	-	-	-	-	380
Total	659	120	(22)	(123)	-	19	653
Passivo circulante	185						201
Passivo não circulante	474						452

(*) Os montantes previstos para aquisições de terras previstos no Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno de Reservatório Artificial - ("PACUERA"), anteriormente apresentados na rubrica Compromissos socioambientais estão sendo apresentados para o período findo em 31 de dezembro de 2025 na rubrica Provisão para indenizações de terras. Os montantes previstos para o plantio previstos no PACUERA, anteriormente apresentados na rubrica Compromissos socioambientais, estão sendo apresentados na rubrica Provisão para programas socioambientais.

	<u>31/12/2023</u>	<u>Adição</u>	<u>Reversão</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Atualização Financeira</u>	<u>31/12/2024</u>
Compromissos socioambientais (a)	1.345	-	(1.271)	-	4	78
Provisão para medidas compensatórias (b)	115	173	-	(139)	8	157
Provisão para registro de terras (c)	123	-	(63)	-	-	60
Provisão para indenizações de terras (d)	1.376	-	(1.012)	-	-	364
Total	2.959	173	(2.346)	(139)	12	659
Passivo circulante	1.452					185
Passivo não circulante	1.507					474

- Provisão para compromissos socioambientais: compreende gastos com atividades em cumprimento à legislação ambiental específica não vinculadas às licenças de operação da Companhia.
- Provisão para programas socioambientais: contempla os gastos afetos ao cumprimento dos programas ambientais previstos no processo de licenciamento ambiental.
- Provisão para registro de terras: a Companhia possui imóveis próprios e servidões administrativas pendentes de regularização dos seus registros imobiliários perante os competentes cartórios, de modo que são provisionados os recursos necessários.
- Provisão para indenização de terras: para construção da PCH, foi necessária a aquisição, desapropriação ou constituição de servidão pela Companhia, sendo, para tanto, provisionados os recursos referentes a (i) desembolsos para suportar condenações judiciais em processos de expropriação; (ii) aquisições amigáveis; (iii) indenizações; e (iv) pagamentos de servidão administrativa; dentre outros gastos vinculados à aquisição e ao registro de terras.

16. IMPOSTOS, CONTRIBUIÇÕES E TAXAS A RECOLHER

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Imposto de renda e contribuição social a recolher	123	110
Imposto de renda e contribuição social a recolher (depósitos judiciais) (a)	2.971	2.705
Encargo de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição (EUSD)	77	70
Outros tributos a recolher	-	64
Tributos diferidos (b)	80	41
Total	<u>3.250</u>	<u>2.990</u>
Passivo circulante	279	285
Passivo não circulante	2.971	2.705

a) Refere-se ao IRPJ e CSLL provisionados sobre a indenização de sinistro recolhidos via depósito judicial, atualizados monetariamente.

b) Refere-se aos impostos incidentes sobre a parcela diferida da receita.

17. RECEITA DIFERIDA

a) Composição da receita diferida

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Exposição ao MRE e demais ajustes financeiros	62	-
	<u>62</u>	<u>-</u>

b) Movimentação da receita diferida

	<u>31/12/2024</u>	<u>Constituição</u>	<u>31/12/2025</u>
Exposição ao MRE e demais ajustes financeiros	-	62	62
	<u>-</u>	<u>62</u>	<u>62</u>

	<u>31/12/2023</u>	<u>Constituição</u>	<u>Realização</u>	<u>31/12/2024</u>
Exposição ao MRE e demais ajustes financeiros	120	60	(180)	-
	<u>120</u>	<u>60</u>	<u>(180)</u>	<u>-</u>

Cumprir destacar que a Companhia fez opção por participar do MRE, de modo que seu risco hidrológico é compartilhado com as demais usinas participantes desse mecanismo. Não obstante, por força de serem todas inscritas e contratadas no âmbito do PROINFA, as contabilizações do MRE são realizadas mensalmente pela CCEE e repassadas à ENBPar, que, por sua vez, calcula os ajustes a serem somados ou subtraídos do faturamento da Companhia no ano subsequente, em 12 parcelas, conforme definições contratuais.

18. PROVISÕES PARA RISCOS

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, as quais envolvem questões tributárias.

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Tributário	162	246
	<u>162</u>	<u>246</u>

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo da provisão para riscos tributários e cíveis era de R\$162 (R\$246 em 31 de dezembro de 2024). A variação das provisões para riscos no exercício está apresentada conforme movimentação a seguir:

	<u>31/12/2024</u>	<u>Transferência</u>	<u>Atualização</u>	<u>31/12/2025</u>
Tributário	246	(106)	22	162
Total	<u>246</u>	<u>(106)</u>	<u>22</u>	<u>162</u>

	<u>31/12/2023</u>	<u>Constituição</u>	<u>Reversão</u>	<u>Realização</u>	<u>Atualização</u>	<u>31/12/2024</u>
Tributário	152	70	-	-	24	246
Cíveis	40	-	(3)	(39)	2	-
Total	<u>192</u>	<u>70</u>	<u>(3)</u>	<u>(39)</u>	<u>26</u>	<u>246</u>

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024, o capital social subscrito e integralizado é de R\$30.226 e está representado por 23.373.228 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal pertencentes em sua totalidade à PCHPAR - PCH Participações S.A.

a) Reserva legal

Constituída, em conformidade com a Lei 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações") e com o Estatuto Social da Companhia, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício, até atingir 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo ou para aumento do capital social. Considerando que a Companhia já atingiu o limite de 20% sobre o capital social em 2018, valores adicionais não estão sendo destinados à composição da reserva legal.

b) Dividendos

O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/1976.

Os dividendos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 foram calculados conforme segue:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Lucro líquido do exercício	40.416	38.306
(=) Base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios	40.416	38.306
Dividendos declarados imputado ao mínimo obrigatório	<u>(10.104)</u>	<u>(9.577)</u>
Dividendos declarados adicionais	(9.783)	(10.097)
Dividendos adicionais propostos	(20.529)	(18.632)
Dividendos a pagar		
Saldo em 31 de dezembro de 2023		10.250
Dividendos adicionais aprovados do exercício de 2023 (*)		18.811
Dividendos intermediários distribuídos do 1º semestre de 2024 (**)		19.675
Dividendos pagos		<u>(40.013)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2024		<u>8.723</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2024		8.723
Dividendos adicionais aprovados do exercício de 2024 (*)		18.632
Dividendos intermediários distribuídos do 1º semestre de 2025 (**)		19.887
Dividendos pagos		<u>(42.424)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2025		<u>4.818</u>

(*) Os dividendos adicionais foram aprovados Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizadas nos dias 26 de fevereiro de 2024 e 21 de fevereiro de 2025.

(**) A proposição de dividendos intermediários foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária realizadas nos dias 12 de agosto de 2024 e 12 de agosto de 2025.

20. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Receita bruta:		
Venda de energia elétrica	53.281	50.887
Ajustes (*):		
Exposição ao MRE e demais ajustes financeiros	<u>(260)</u>	<u>317</u>
	<u>53.021</u>	<u>51.204</u>
Deduções à receita bruta:		
PIS e COFINS corrente	(1.945)	(1.856)
PIS e COFINS diferidos	10	(12)
	<u>(1.935)</u>	<u>(1.868)</u>
Receita líquida de vendas	<u>51.086</u>	<u>49.336</u>

(*) Sendo a Companhia contratada no âmbito do PROINFA, as contabilizações do MRE são realizadas mensalmente pela CCEE e repassadas à ENBPar, que, por sua vez, calcula os ajustes a serem somados ou subtraídos do faturamento das PCHs no ano subsequente, em 12 parcelas, conforme definições contratuais, conforme descrito na nota explicativa nº 1.1.

21. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Depreciação e amortização	(2.529)	(2.337)
Repactuação do risco hidrológico (NE 1.2)	(1.922)	(1.838)
Pessoal e administradores	(2.338)	(2.084)
Manutenção	(764)	(1.013)
Serviços de terceiros	(49)	(41)
Encargos de uso dos sistemas de distribuição (EUSD)	(794)	(762)
Seguros	(519)	(626)
Operação	(215)	(295)
Meio ambiente	(43)	(53)
Tributos	(11)	(8)
Taxas setoriais	(7)	(87)
Outras despesas, líquidas	(273)	(279)
Ressarcimento do Conselho Nacional de Política Energética (“CNPE”) n° 03/2013 (*)	83	-
Total	<u>(9.381)</u>	<u>(9.423)</u>
Custo das vendas de energia	(8.332)	(8.328)
Outras receitas (despesas), líquidas	(1.049)	(1.095)

(*) Recebimento da ENBPar referente a devolução dos Encargos de Serviço de Sistema para fins de Segurança Energética (ESS-SE) cobrados pela Eletrobrás, em janeiro de 2014, conforme a Resolução n° 03/2013 do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE). Esta resolução foi revogada posteriormente pela Lei 13.360/2016 anulando à imputação do rateio de ESS-SE aos agentes de geração.

22. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Despesas financeiras:		
Atualização financeira sobre os compromissos futuros	(19)	(12)
Imposto sobre operações financeiras	(55)	(51)
Atualização índice financeiro êxitos	(22)	(26)
Atualização financeira sobre impostos a recolher	(266)	(729)
Outras despesas	(2)	(2)
	<u>(364)</u>	<u>(820)</u>
Receitas financeiras:		
Rendimentos de aplicações em renda fixa	396	124
Atualização depósito judicial	356	683
Juros recebidos sobre ressarcimento do CNPE n° 03/2013	102	-
Outras receitas financeiras	1	1
	<u>855</u>	<u>808</u>
Total líquido	<u>491</u>	<u>(12)</u>

23. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia calculou o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido com base no regime do lucro presumido. A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	31/12/2025		31/12/2024	
	IRPJ (*)	CSLL	IRPJ (*)	CSLL
Receita Corrente	53.281	53.281	50.887	50.887
Receita diferida	(260)	(260)	317	317
Percentual para determinação da base de cálculo	8%	12%	8%	12%
Rendimentos e ganhos de aplicação financeira	396	396	124	124
Outras receitas financeiras	103	103	2	2
Base de cálculo	4.741	6.862	4.222	6.270
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%
Imposto sobre o resultado	(1.186)	(618)	(1.055)	(564)
Diferença de alíquota (*)	24	-	24	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(1.162)	(618)	(1.031)	(564)
Correntes	(1.167)	(621)	(1.025)	(561)
Diferidos	5	3	(6)	(3)

(*) Até o limite de R\$240 a alíquota do IR é de 15%.

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Risco de mercado

O risco de mercado decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Quanto aos ativos, a Companhia avalia que o risco de exposição de seus recursos aplicados é baixo, uma vez que são realizadas em bancos de reconhecida liquidez, estando remuneradas a taxas de mercado variando de 99,0% a 102,0% do CDI, conforme apresentado na nota explicativa nº 9.

Gestão de risco de liquidez

A companhia mitiga o risco de liquidez ao qual está exposto por meio do monitoramento contínuo das previsões das exigências de liquidez de suas dívidas, bem como da manutenção de saldos aplicados, passíveis de resgate a qualquer momento, para cobrir eventuais descasamentos entre a data de maturidade de suas obrigações contratuais e sua geração de caixa.

Tabela do risco de liquidez

A seguir são apresentados os passivos financeiros da Companhia e o montante a ser pago nos períodos destacados. Cumpre ressaltar que os passivos financeiros foram calculados de acordo com os fluxos de caixa não descontados da Companhia, tendo como base a data mais próxima na qual a Companhia possui expectativa de liquidar suas obrigações, além de considerarem os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros com encerramento em 31 de dezembro de 2025.

	<u>Posição Contábil</u>	<u>Total Fluxo Futuro</u>	<u>1 a 3 meses</u>	<u>3 meses a 1 ano</u>
Fornecedores	232	232	232	232
Total	<u>232</u>	<u>232</u>	<u>232</u>	<u>232</u>

Com relação aos passivos financeiros existentes, cumpre esclarecer que a Companhia não possui operações contratadas em moeda estrangeira, razão pela qual não está sujeito a riscos decorrentes de oscilações de taxas de câmbio.

Com relação aos ativos e passivos financeiros da Companhia, seus valores demonstrados por categoria seguem abaixo:

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<u>Ativos financeiros</u>			
Mensurados ao custo amortizado:			
Caixa e equivalentes de caixa	8	1.433	1.329
Aplicações financeiras	9	108	246
Contas a receber	10	5.730	12.636
Deposito judiciais	11	3.328	2.972
Outros ativos		<u>12</u>	<u>204</u>
<u>Passivos financeiros</u>			
Outros passivos mensurados ao custo amortizado:			
Fornecedores		<u>196</u>	<u>232</u>

A Administração entende que os instrumentos financeiros representados acima, os quais são reconhecidos nas demonstrações pelos seus valores contábeis, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado, pois o vencimento de parte substancial dos saldos ocorre em datas próximas às dos balanços.

Análise de sensibilidade de taxa de juros

Em conformidade com o CPC 40 - Instrumentos Financeiros, é apresentado a seguir o quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros de exposição a riscos de taxas de juros a Companhia, objetivando evidenciar um eventual desembolso futuro, de acordo com as premissas detalhadas.

A análise de sensibilidade, utilizou como cenário provável (Cenário I) as taxas referenciais projetadas para o ano de 2026 (fonte Boletim Focus datado de 26 de dezembro de 2025) CDI (15,00%). Já os cenários II e III levam em consideração um incremento nessa taxa de 25% e 50%, respectivamente. Os resultados são como seguem:

Operação	Nota	Exposição		Impacto	Cenário I	Cenário II	Cenário III
		31/12/2025	Risco				
Aplicação financeira	9	108	Baixa do CDI	Resultado	16	12	8

A Companhia considera que a variação de 25% e 50% representam uma sensibilidade apropriada considerando a variação histórica dos respectivos indicadores no período analisado.

25. COBERTURA DE SEGURO (*)

Seguro “Directors & Officers” (D&O)

A Controladora Brasil PCH renovou, para ela e suas controladas (direta e indiretas), a cobertura de seguro para pagamento e/ou reembolso das quantias devidas ou a pagar a terceiros a título de reparação de danos, estipuladas por tribunal cível ou por acordo aprovado pela seguradora, com vigência até 14 de junho de 2026, mantendo a cobertura no montante de R\$70.000 (sendo a cobertura compartilhada em apólice única com outras Companhias do Grupo).

Seguro de responsabilidade civil

A Companhia renovou o seguro com cobertura no valor de R\$80.000, com vigência até 28 de abril de 2026, para cobertura de indenizações por danos civis em sentença judicial transitada em julgado ou em acordo autorizado pela seguradora, de risco de poluição e/ou contaminação ambiental (súbita e acidental), danos corporais e/ou materiais sofridos por terceiros, danos morais diretamente decorrentes de danos materiais e/ou corporais causados a terceiros.

Seguro de operação

A Companhia renovou o seguro de risco operacional, no valor de R\$328.000, com vigência até 27 de junho de 2026, para cobertura de indenizações por perdas e danos decorrentes de eventos adversos que afetem sua operação, englobando máquinas, equipamentos, estrutura de obras e lucros cessantes.

(*) As informações sobre seguros não foram examinadas pelos auditores independentes.

26. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Adição da provisão para compromissos futuros em contrapartida às rubricas de ativo imobilizado e ativo intangível	120	173
Reversão da provisão para compromissos futuros em contrapartida às rubricas de ativo imobilizado e ativo intangível	22	(1.396)
Aquisição de imobilizado e intangível em contrapartida à rubrica de fornecedores	2	3
Imposto de Renda e Contribuição Social compensados	1.239	1.170
Reversão Provisão para Indenização de Terras contrapartida à rubrica Depósitos judiciais	(16)	(949)
Compensação da provisão do prêmio de risco hidrológico em contrapartida à rubrica de contas a receber de clientes	9.245	-
Constituição de dividendos a pagar	38.518	38.486

27. AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O Conselho de Administração da Companhia autorizou a emissão e divulgação dessas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 em 12 de fevereiro de 2026.

Composição da Diretoria

Márcio Barata Diniz
Diretor

Walter Nunes Seijo Neto
Diretor

Contador

Leandro Mariano Gonçalves
CRC MG-105896/O-1